



Universidade de Brasília – UnB
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Faculdade de Educação - FE



Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com ênfase na Educação de Jovens e Adultos / 2014-2015

Luciana Souza de Brito
Marcos Sousa da Silva
Ruth Terezinha Leite Fagundes
Severina Helena da Conceição

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL

Repensando as práticas pedagógicas na EJA como condição de permanência dos alunos na escola

BRASÍLIA, DF
Novembro/2015



Universidade de Brasília – UnB
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Faculdade de Educação - FE



Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com ênfase na Educação de Jovens e Adultos / 2014-2015

Repensando as práticas pedagógicas na EJA como condição de permanência dos alunos na escola

Luciana Souza de Brito
Marcos Sousa da Silva
Ruth Terezinha Leite Fagundes
Severina Helena da Conceição

Professora Orientadora: Ruth Gonçalves de Faria Lopes

Tutora-orientadora: Lúcia de Carvalho Brandão

PROJETO DE INTERVENÇÃO LOCAL

BRASÍLIA, DF Novembro/2015



Universidade de Brasília – UnB
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Faculdade de Educação - FE



Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com ênfase na Educação de Jovens e Adultos / 2014-2015

Luciana Souza de Brito
Marcos Sousa da Silva
Ruth Terezinha Leite Fagundes
Severina Helena da Conceição

Repensando as práticas pedagógicas na EJA como condição de permanência dos alunos na escola

Trabalho de conclusão do III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com Ênfase em EJA, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

Ruth Gonçalves de Faria Lopes
Professor Orientador

Lúcia de Carvalho Brandão
Tutor Orientador

Rodrigo da Silva Pereira
Avaliador Externo

BRASÍLIA, DF
Novembro de 2015

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos a Deus, que nos instruiu durante todo o trabalho realizado.

À Professora Orientadora Ruth Gonçalves de Faria Lopes e à Tutora Orientadora Lúcia de Carvalho Brandão, por suas ideias construtivas e motivadoras.

Aos colegas de curso pelos momentos de trocas de experiências.

Aos nossos familiares pelo apoio, carinho e compreensão.

E, por fim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para o desenvolvimento deste Projeto de Intervenção Local (PIL).

RESUMO

O presente trabalho trata da questão das práticas pedagógicas d relacionadas a sala de aula na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Mediante a exposição dessa realidade educacional, da qual tomamos conhecimento mais de perto, isto é, mais concretamente, com estudos desenvolvidos no decorrer da elaboração do projeto de intervenção local (PIL), entendemos a necessidade de que devemos ter um “olhar” para o cenário escolar na vertente da educação de jovens e adultos e focalizar o professor e sua prática pedagógica. Este trabalho tem a finalidade de contribuir para um repensar do educador atuante nas classes da EJA, fazendo com que o mesmo reflita sobre a sua prática, especialmente como formadores de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. Portanto, é fundamental considerar que as propostas metodológicas sejam diferenciadas e capazes de atender às necessidades . Dessa forma, foi fundamental neste projeto, conhecer e discutir o perfil dos alunos da EJA, onde para isso foi realizado um estudo preliminar junto aos alunos e os professores da escola. A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede municipal de Valparaíso de Goiás. Os resultados apontam que a diversidade geracional e cultural está presente nesta modalidade e que existe a precisão de um ambiente escolar organizado com possibilidade de diálogo e compreensão das especificidades que caracterizam cada educando da EJA.

Palavras-chave: Perfil dos alunos da E.J.A- Práticas Pedagógicas - Professor.

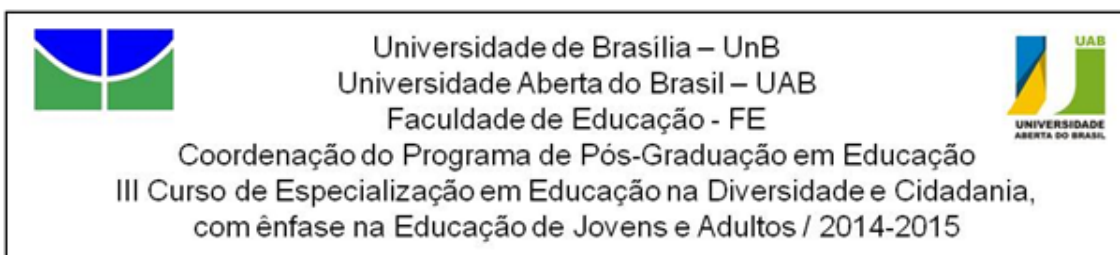
ABSTRACT

This paper addresses the issue of teacher's pedagogical practices related to classroom in the Youth and Adult Education - EJA. By exposure this educational reality, which we take a closer knowledge, that is, more specifically, studies developed during the preparation of local intervention project (PIL), we understand the need that we must have a "look" for the school setting in the aspect of adult education and focus on the teacher and their practice. This work aims to contribute to a rethinking of the educator active in the adult education classes, making it reflect on their practice, especially as citizens of trainers aware of their role in society. Therefore, it is essential to consider the methodological proposals are differentiated and able to meet the needs. Thus, it was important in this project, meet and discuss the profile of adult education students, to where it was carried out a preliminary study to the students and school teachers. The survey was conducted in a public school in the municipal Valparaíso de Goiás. The results show that the generational and cultural diversity is present in this mode and that there is the precision of a school environment organized with the possibility of dialogue and understanding of the specificities that characterize each educating the EJA.

Keywords: Profile of EJA- of students Pedagogical Practices - Teacher.

SUMÁRIO

1 – Dados de identificação do(s) proponente(s)-----	07
2 – Dados de identificação do Projeto-----	07
2.1 – Título -----	07
2.2 – Área de abrangência: Local-----	07
2.3 – Instituição -----	07
2.4 – Público ao qual se destina -----	08
2.5 – Período de Execução -----	08
3 – Ambiente Institucional -----	08
4 – Justificativa / caracterização do problema / marco teórico do problema ----	10
5 – Objetivos -----	28
5.1 – Objetivo geral -----	28
5.2 – Objetivo específico -----	29
6 – Atividades/responsabilidades-----	29
7 – Cronograma-----	29
8 – Parceiros -----	30
9 – Orçamento -----	30
10 – Acompanhamento e avaliação -----	30
11 – Referências -----	30
12 – Anexos -----	33



1- Dados de identificação do(s) proponente(s):

Nome(s):

Luciana Souza de Brito, Marcos Sousa da Silva, Ruth Terezinha Leite Fagundes, e Severina Helena da Conceição.

Turma:

B (Grupo 2.3)

Informações para contato:

Telefone(s):

(61) 99313066 (Luciana) / (61) 92166220 (Ruth) / (61) 99566943 (Marcos)/
(61)95835693(Severina)

E-mail:

luciana.brito@educ.go.gov.br ou lucianamat.ls@gmail.com/ ruthfag@yahoo.com.br/
marcos.numero@gmail.com e severinahelenabsb@gmail.com

2- Dados de identificação do Projeto:

2.1 - Título:

Repensando as práticas pedagógicas na EJA como condição de permanência dos alunos na escola.

2.2 - Área de abrangência:

() Nacional () Regional () Estadual () Municipal () Distrital (X) Local

2.3 - Instituição:

Nome/ Endereço

ESCOLA MUNICIPAL CÉU AZUL/Rua 102, Quadra 115 área especial s/n – Bairro Jardim Céu Azul Valparaíso de Goiás- GO CEP: 72871-102 Telefone: 36245629
Endereço eletrônico (e mail): escmunicipalceuzul@gmail.com

Instância institucional de decisão:

Direção da Escola Municipal Céu Azul

2.4 - Público ao qual se destina:

Corpo docente do 2º Segmento da EJA da Escola Municipal Céu Azul

2.5 - Período de execução:

Início (mês/ano): Setembro de 2015 **Término (mês/ano):** Junho de 2016

3 - Ambiente institucional:

A Escola Municipal Céu Azul, localizada no bairro Jardim Céu Azul, foi construída no ano de 1981 e inaugurada em 1982. Porém, suas atividades tiveram início em uma casa com turmas multisseriadas no ano de 1978, quando a direção ainda era indicada pela Secretaria de Educação de Luziânia, uma vez que posteriormente, o município teve autonomia para criar sua Secretaria Municipal de Educação. Tem como atual diretor o senhor Nilson Gomes de Moraes. Atualmente, atende a comunidade escolar em três turnos, matutino, vespertino e noturno. Oferece Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano do Ensino Regular, nos turnos matutino e vespertino e 1º e 2º segmentos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no turno noturno. Conta com um total de 1750 alunos matriculados, sendo 604 da EJA.

A escola possui 20 salas de aula em funcionamento, uma cantina, um depósito da merenda, um banheiro masculino e um feminino para os alunos, sala de coordenação, sala multifuncional, sala dos professores com banheiro social, sala de informática, secretaria, direção, uma área coberta para Educação Física, um pátio para recreação e estacionamento. O quadro de funcionários compõe-se de: merendeiras, serventes, professores, coordenação pedagógica, vigia do patrimônio, direção, secretário, auxiliar de secretaria, professora de recurso, orientador educacional, auxiliar de biblioteca e porteiros.

A Escola Municipal Céu Azul sempre foi referência no bairro devido ser a maior da rede municipal, chegando a atender em quatro turnos nos anos de 1990 a 2000. A maioria dos membros do corpo docente possui graduação na área em que atua e todos são comprometidos com um ensino de qualidade, visando à eficácia da educação. Dos 72 professores que atuam na escola (incluindo professores de recursos), 21 exercem a docência na EJA, sendo 5 do primeiro segmento e 16 do segundo.

O calendário da escola, assim como das demais escolas vinculadas ao município de Valparaíso é elaborado pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a escola e aprovado pelo Conselho Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás, havendo diferenciação entre o calendário do ensino regular e o da EJA. Os alunos da Escola Municipal Céu Azul são moradores do bairro Céu Azul que se divide por primeira, segunda e terceira etapa e uma vila chamada Guaira. A comunidade atendida é de baixa renda e alguns alunos têm contato direto com situações de violência e com drogas, principalmente os adolescentes e jovens matriculados na EJA.

A Proposta Político Pedagógica da Escola Municipal Céu Azul, fundamentada em princípios legais, éticos e morais, é desenvolvida com a efetiva participação de toda a comunidade escolar, tanto na elaboração quanto na execução dos projetos e ações, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino como um todo. A Escola Municipal Céu Azul inspira-se na filosofia que oportuniza à comunidade de Valparaíso de Goiás o acesso ao saber, na busca do conhecimento sistematizado através do ensino formal e inclusivo, com a finalidade de viabilizar melhores condições de vida e de trabalho para os alunos, no entanto, não há registros no PPP a respeito de um diagnóstico sobre as práticas pedagógicas desenvolvidas no âmbito do 2º seguimento.

Ao dialogarmos com os professores percebemos que, até hoje, o conceito de educação problematizadora ainda não conseguiu ser totalmente implantado. O professor, formador de conscientização e cidadãos críticos, vive um drama entre ensinar ou cumprir com o currículo que lhe é imposto pelos órgãos educacionais. O educador pesquisa para preparar uma aula que muitas vezes os alunos nem param para ouvir porque o conteúdo curricular não condiz com a realidade que seus alunos vivenciam.

Levando em consideração as dificuldades enfrentadas pelos professores em sala de aula e a necessidade dos alunos de aulas mais proveitosas e atrativas o PIL em questão busca suscitar reflexões sobre a prática pedagógica na EJA. Freire (1975) aponta que existem diferentes tipos de educadores: críticos, progressistas e conservadores, mas que, apesar destas diferenças, todos nós necessitamos de saberes comuns, entender que não há prática sem teoria, que precisamos criar

possibilidades para que nossos alunos construam seu conhecimento. É importante reconhecer que enquanto estamos ensinando também estamos aprendendo, insistir na curiosidade do aluno e se aproveitar disso para despertar um pensamento crítico.

É primordial ter em mente que o ensino não depende exclusivamente do professor, tão pouco a aprendizagem depende apenas do aluno. Entender o processo ensino-aprendizagem dessa forma, é um grande passo para uma boa docência. É fundamental, como referência para a elaboração de um pensamento voltado para a formação continuada, que o educador parta da reflexão filosófica entendida como “movimento pelo qual o pensamento volta-se para si mesmo, interrogando a si mesmo.” (CHAUÍ, 2000, p.10), a qual possibilita a elaboração de novos olhares que sirvam como pontes entre a teoria e a prática.

4- Justificativa e caracterização do problema:

Em pesquisas realizadas em vários sites da internet consta que a educação teve início no Brasil desde o período colonial em 1549. Os jesuítas tiveram um grande papel nesse processo educacional daquela época, pregavam a fé católica como um trabalho educativo por meio de catequizar. O ensino dos jesuítas tinha como objetivo não apenas a transmissão de conhecimentos escolares, mas a propagação da fé cristã.

As escolas jesuítas eram poucas e o seu acesso era privilégio das classes média e alta. As famílias colocavam seus filhos na escola desde a infância, portanto, não se percebia a necessidade de uma alfabetização voltada para jovens e adultos, já que as classes pobres não tinham acesso a instrução escolar e quando a recebiam era de forma indireta,

Os métodos jesuíticos permaneceriam até o período pombalino com a expulsão dos jesuítas ocorrida no século XVIII. Pombal organizava as escolas de acordo com os interesses do Estado e nesse período não se constatou iniciativas governamentais a respeito da educação de jovens e adultos no Brasil. De acordo com Ghiraldelli Jr (1990), a educação brasileira no seu início foi dividida em 3 fases:

A educação escolar no período colonial, ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, teve três fases: a de domínio dos jesuítas; a das reformas do Marquês de Pombal, principalmente a partir da expulsão dos jesuítas do Brasil e de Portugal em 1759; e a do período em

que D. João VI, então rei de Portugal, trouxe a corte para o Brasil (1808-1821), (p. 24)

Com a chegada da família real em terras brasileiras, sobreveio a necessidade da formação de trabalhadores para atender a aristocracia portuguesa. Dessa forma, implantou-se o processo de escolarização de adultos com o objetivo de servirem como serviçais da corte e para cumprir as tarefas exigidas pelo Estado. Após a proclamação da Independência do Brasil foi outorgada a primeira constituição brasileira. A constituição Imperial de 1824 reservava (no artigo 179) a todos os cidadãos a instrução primária gratuita.

Em 1854 surgiu a primeira escola noturna no Brasil cujo intuito era de alfabetizar os trabalhadores analfabetos, expandindo-se muito rapidamente. Até 1874 já existiam 117 escolas nas quais tratavam especificamente de alguns assuntos, como por exemplo: no Pará para a alfabetização de indígenas e no Maranhão para esclarecer colonos de seus direitos e deveres.

Em nove de janeiro de 1881 foi concebido o Decreto nº 3.029, conhecido como “Lei Saraiva” em homenagem ao Ministro do Império José Antônio Saraiva, que foi o responsável pela primeira reforma eleitoral do Brasil instituindo pela primeira vez, o “título de eleitor”. Esta Lei proibia o voto dos analfabetos por considerar a educação como ascensão social. O analfabetismo, então, estava associado à incapacidade e à inabilidade social.

A expulsão dos jesuítas no século XVIII desestruturou o ensino de adultos, esta problemática voltou então a ser discutida no momento imperial, pois apesar de a instrução primária ser “gratuita para todos os cidadãos” não favorecia as classes pobres, estes não tinham acesso à escola, ou seja, a escola era para todos, porém, inacessível a quase todos, no decorrer dos séculos houve várias reformas, Soares (2002, p. 8) cita que:

No Brasil, o discurso em favor da Educação popular é antigo: precedeu mesmo a proclamação da República. Já em 1882, Rui Barbosa, baseado em exaustivo diagnóstico da realidade brasileira da época, denunciava a vergonhosa precariedade do ensino para o povo no Brasil e apresentava propostas de multiplicação de escolas e de melhoria qualitativa de Ensino.

Nos anos de transição do Império-República (1887-1897), a educação foi considerada como redentora dos problemas da nação. Houve a expansão da rede escolar, e as “ligas contra o analfabetismo”, surgidas em 1910, que visavam à imediata supressão do analfabetismo, vislumbraram o voto do analfabeto. De acordo com Márcia Friedrich, Anna Benite, Claudio Benite e Viviane Pereira no seu artigo (Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas, 2010),

O caráter qualitativo e a otimização do ensino tiveram como palco as melhorias das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar, quando foram iniciadas mobilizações em torno da educação como dever do Estado, sendo este um período de intensos debates políticos. Estas discussões se intensificaram nas décadas de 20 e 30, com a Revolução de 30 com as mudanças políticas e econômicas e o processo de industrialização no Brasil a EJA começa a marcar seu espaço na história da educação brasileira. (p. 7).

Durante o período de Vargas, a revolução de 1930 foi um marco na discussão do papel do estado na educação. A constituição de 1934 propôs um plano nacional de educação que estabeleceu medidas determinando responsabilidade do setor público na educação. Com a criação desse plano, estabeleceu-se como dever do Estado o ensino primário integral, gratuito, de frequência obrigatória e extensiva para adultos como direito constitucional. A oferta de ensino básico e gratuito estendeu-se a praticamente todos os setores sociais. No entanto a constituição de 1934 não teve êxito, pois Getúlio Vargas o então presidente da república tornou – se um ditador através do golpe militar e criou um novo regime o qual chamou de: “Estado Novo”, sendo assim cria – se em 1937 uma nova constituição escrita por Francisco Campos, Ghiraldelli Jr.(2008) cita que:

A constituição de 1937 fez o Estado abrir mão da responsabilidade para com educação pública, uma vez que ela afirmava o Estado como quem desempenharia um papel subsidiário, e não central, em relação ao ensino. O ordenamento democrático alcançado em 1934, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público.

A década de 40 foi marcada por grandes mudanças no cenário educacional e iniciativas que facilitaram avanços significativos na educação regular e na EJA. A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) vem para possibilitar a inserção do alunado no mercado de trabalho colaborando com o pensamento da sociedade capitalista e dos grupos econômicos dominantes: sem educação profissional não haveria desenvolvimento industrial para o país. Vincula-se neste momento a educação de adultos à educação profissional.

O processo de industrialização trouxe a necessidade de se obter mão de obra especializada, nesta época criou – se escolas (citadas anteriormente) para capacitar os jovens e adultos. Com o criação das indústrias nos centros urbanos a população da zona rural migrou para as cidades na expectativa de melhor qualidade de vida, ao chegarem nos centros urbanos surgia à necessidade de alfabetizar os trabalhadores contribuindo dessa forma para a construção destas escolas para adultos e adolescentes.

Segundo o artigo citado mais acima (Trajetória da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas), nessa fase da história, a educação é considerada como fator de segurança nacional tendo em vista o alto índice de analfabetismo: aproximadamente 50% da população em 1945. Nesse período a estagnação econômica, foi relacionada à falta de educação escolar do seu povo. Foi apenas no final da década de 1940 que a educação de jovens e adultos foi tratada como um problema de política nacional de estados pedagógicos e do fundo nacional de ensino supletivo para adolescentes e adultos.

Nesse sentido, constata-se ainda que o momento político do País trouxe a necessidade de aumentar a base eleitoral, o que favoreceu o aumento das escolas de EJA, pois o voto era apenas para homens alfabetizados. Nessa década o governo lançou a primeira campanha de Educação de adultos, tal campanha propunha alfabetizar os analfabetos em três meses; dentre educadores, políticos e sociedade em geral.

Em 1958, realiza-se o II congresso nacional de educação de adultos no Rio de Janeiro, onde definiu-se as características e espaço próprio para este tipo de ensino. Em decorrência desse Congresso surge o Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (PNAA), dirigido por Paulo Freire, que seria extinto mais adiante pelo Golpe de Estado, juntamente com os demais movimentos de alfabetização de adultos vinculados à ideia de fortalecimento popular.

Dentro desse período aconteceram várias campanhas e programas no campo da educação de jovens e adultos: o movimento de cultura popular do Recife, os centros populares de cultura, o programa nacional alfabetização do Ministério da educação e cultura, entre outros como o Movimento de Educação de Base (MEB). Esse movimento tinha como propósito, além da educação, abrir caminhos para a libertação de milhares de homens e mulheres que ao viverem na ignorância tornavam-se vulneráveis aos desmandos ditatoriais, sobrevivendo até 1969 devido à sua ligação com a Igreja.

Os anos de 1958 a 1964 foram marcados por ações em que a educação de adultos era entendida a partir de uma visão das causas do analfabetismo, como uma educação de base, articulada com as “reformas de base” defendida pelo governo popular/populista de João Goulart. A concepção Freireana teve grande influência, e esteve presente nos espaços da educação popular desde os primeiros anos da década de 60. Paulo Freire sempre lutou pelo fim da educação elitista, Freire tinha como objetivo uma educação democrática e libertadora, ele parte da realidade, da vivência do educando.

Em 1964 com o Golpe Militar, ocorreu uma repressão dos movimentos de educação e cultura. As experiências de educação de adultos com caráter de conscientização política sofreram repressões e foram extintas. Esta repressão ocorreu porque esses movimentos eram contrários aos interesses impostos pelo governo durante o militarismo.

Com a fundação do Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) em 1967 e a implantação do ensino supletivo, em 1971, foram reformuladas as diretrizes e bases da educação Nacional (nº5692 de 11 de Agosto de 1971). O objetivo do Mobral era

acabar com o analfabetismo e dar continuidade aos estudos de adolescentes e adultos.

Segundo um documento básico do Mobral (1971, p.47) "as características do movimento podem resumir-se em envolvimento da comunidade, descentralizada das ações obtenção de recursos e apoio da iniciativa privada". Esse movimento teve uma estrutura organizada em todo País baseada na seguinte proposta: descentralização comunitária pontuada no trabalho comunitário voluntariado. Em pesquisas feitas na internet consta que as comissões municipais (ou células básicas) constituídas nos municípios que assinavam convênios com o Mobral, eram incumbidas, voluntariamente, de recrutar analfabetos e mobilizar recursos humanos e físicos pertencentes ao núcleo comunitário.

A partir de 1985, com a redemocratização do país, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) é extinto e ocupa seu lugar a Fundação EDUCAR, com as mesmas características do MOBRAL, porém sem o suporte financeiro necessário para a sua manutenção. Através dessa fundação, configura-se um processo de transferência das obrigações da educação supletiva que era do governo federal para os estados e municípios. Em 1990 ocorre a extinção da Fundação EDUCAR trazendo a descentralização política da EJA, transferindo a responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização aos municípios. Segundo Haddad e Di Pierro (2000, p. 121), ao comentar sobre a extinção da Fundação:

Representa um marco no processo de descentralização da escolarização básica de jovens e adultos, que representou a transferência direta de responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos da União para os municípios. Desde então, a União já não participa diretamente da prestação de serviços educativos, enquanto a participação relativa dos municípios na matrícula do ensino básico de jovens e adultos tendeu ao crescimento contínuo [...].

No ano Internacional da Alfabetização (definido pela UNESCO em 1990), vários debates foram realizados por instituições governamentais e não governamentais no sentido de encontrar estratégias para erradicar o analfabetismo no Brasil. O governo Fernando Collor de Mello lança o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), que tinha como objetivo reduzir 70% do número de analfabetos do país em cinco anos que, em termos quantitativos chegava a

17.762.629 em 1990. Para atingir esse objetivo criou-se a Comissão do Programa Nacional da Alfabetização e Cidadania que, aos poucos, foi-se desarticulando, tendo em vista, a completa fragmentação e desvinculação do Programa e da Comissão na liberação de recursos.

Em 1991, o Ministério da Educação, passa a focar as carências do ensino fundamental como propiciadoras das altas taxas de analfabetismo e no ano de 1996 foi aprovada a LDB 9.394/96, na qual existem dois artigos tratando da EJA. Já em 2000, foram aprovadas as diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos. O governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2006), sinalizou iniciativas para as políticas públicas de EJA com maior ênfase do que governos anteriores.

A criação do Programa Brasil Alfabetizado envolveu ao mesmo tempo a geração de suas três vertentes de caráter primordialmente social para a modalidade de EJA. Primeiro, o Projeto Escola de Fábrica que oferece cursos de formação profissional com duração mínima de 600h para jovens de 15 a 21 anos. Segundo, o PROJOVEM que está voltado ao segmento juvenil de 18 a 24 anos, com escolaridade superior a 4ª série (atualmente o 5º ano), mas que não tenha concluído o ensino fundamental e que não tenha vínculo formal de trabalho. Este tem como enfoque central a qualificação para o trabalho unindo a implementação de ações comunitárias (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2006). Terceiro, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos (PROEJA) voltado à educação profissional técnica em nível de ensino médio.

Estas vertentes, apesar de buscarem a escolarização dos adultos e constituírem iniciativas ampliadas para as políticas de EJA, estabelecem ações no sentido da profissionalização, onde a certificação é o objetivo na busca da universalização da educação e erradicação do analfabetismo sem, contudo, uma perspectiva de continuidade caracterizando a formação inicial. Nota-se nesse sentido, que não se preza a qualidade de ensino, mas, o caráter de capital humano, assinalando a força do trabalho tomada como mercadoria na produção de capital econômico.

Ao pesquisarmos na internet sobre qualidade de ensino e produtividade nas escolas públicas, vemos que há inúmeros artigos e monografias sobre esses temas.

Essas discussões não são recentes, principalmente no que se refere a ensino de jovens e adultos. Quando analisamos essa temática, Paulo Freire nos traz a importância da reflexão crítica sobre a prática, defende que quanto mais criticamente exercemos a capacidade de aprender mais conseguimos construir conhecimento. Ter sempre em mente que ensinar é um processo que deve deflagrar no aprendiz uma curiosidade crescente, pois quanto mais aflorarmos isso no educando, quanto mais incentivarmos sua capacidade de se arriscar, mais ele ficará imune a educação bancária (que leva o aluno apenas a repetir o que ouviu), ainda tão presente em sala de aula.

Freire diz que “*estar comprometido com os resultados de sua prática e visar a melhoria da qualidade de vida dos educandos*”, é ser ético, é ser crítico, é ser capaz de aceitar o novo, de repudiar qualquer forma de discriminação, de estar livre de qualquer preconceito, de rejeitar qualquer proposta que não seja válida para seus alunos e estar atento ao que errou ontem para não errar hoje, em resumo, deve assumir-se como ser pensante, histórico, social, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de reconhecer o outro, de amar entre outros.

Para o pedagogo, esses são os saberes necessários a uma boa prática educativa, a uma prática com responsabilidade e com comprometimento tanto dos resultados como da qualificação profissional de cada educador. No livro *Pedagogia da Autonomia* (1996) Freire afirma que: “*O que importa, na formação docente, não é a repetição mecânica do gesto, este ou aquele, mas a compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança, do medo que, ao ser educado, vai gerando a coragem*”. (P26)

Nesse sentido, o PIL em proposição parte, portanto, do princípio de que a prática docente atribui ao professor o papel de mediador na constituição dos processos de ensino e aprendizagem. É necessário entendê-lo, de acordo com Gómez (2001), como um profissional que reflete criticamente sobre a prática diária objetivando a compreensão das características particulares desses processos, bem como sobre o contexto em que são realizados, para dessa forma propiciar o desenvolvimento autônomo e emancipador dos participantes do processo educativo. Não é suficiente ter apenas o domínio do conteúdo e de algumas técnicas pedagógicas, é preciso ir além. Como afirmam Alarcão e Tavares (2003), é

primordial que os professores construam um saber qualitativamente diferente, fundamentado em atitudes e maneiras de ver diferentes para que o processo educativo possa ser renovado:

O segredo da renovação de nossas escolas, no sentido de se adaptarem às novas exigências da formação e da educação, do ensino e da aprendizagem, em mudanças profundas e aceleradas, passa por uma mudança qualitativa, radical, dos professores. Não se trata apenas de saber mais, mas de um saber qualitativamente diferente que assenta numa atitude e numa maneira de ver diferentes (ALARCÃO e TAVARES, 2003).

Através da reflexão, individual e coletiva, sobre a prática docente é concebível chegar a esse saber qualitativamente diferente, todavia, apesar de o professor intermediar as relações pedagógicas e levar o educando a descobrir o conhecimento, a responsabilidade de aprendizado deve-se também às instituições, seus demais atores e gestores, sendo imprescindível empenharem seu esforço, entusiasmo, criatividade e participarem ativamente do processo educativo. Nesse contexto é preciso que a escola se constitua como um local de permanente aprendizagem de todos os atores em contínua interação produtiva.

Há muito tempo se busca métodos e práticas que sejam adequadas ao aprendizado de jovens e adultos. Freire nos anos 70, como citado no início do texto, já se preocupava com essa questão afirmando que, “A alfabetização não pode fazer-se de cima para baixo, nem de fora para dentro, como uma doação ou uma exposição, mas de dentro para fora pelo próprio analfabeto, somente ajudado pelo educador.” (Freire, 1979 p. 72)

Nesse sentido, percebe-se que a discussão sobre as práticas pedagógicas utilizadas para o público da EJA não é recente, como por exemplo o uso da cartilha. Notou-se que esse método não era adequado na educação de jovens e adultos, entretanto, essa situação continua até a atualidade com a utilização de livros totalmente fora de contexto. Considerando essa problemática, não é possível mudar o rumo da educação se as instituições escolares continuarem adotando materiais didáticos e testes que não levam em conta a realidade que se aprende.

Portanto, quando se debate sobre metodologias utilizadas para o público da EJA, é preciso considerar os conhecimentos e a convivência dos alunos, e

aproveitar esses conhecimentos associados, com os conteúdos. Segundo Paulo Freire (1996), ensinar os conteúdos, não significa ensinar a desenvolvê-los, significa dar condições ao educando para que ele possa aprender criticamente, que possa criar, ser investigador, curioso e persistente, assim não devemos estar nunca certos de nossas certezas e sim cientes que somos eternos pesquisadores, pois o que faz um bom professor é a constante atualização. Respeitar os saberes dos alunos, conhecer a realidade na qual estão inseridos é um princípio básico do professor, é preciso estabelecer uma relação direta entre conteúdo e realidade. Isso não significa, porém que devemos nos restringir apenas aos conhecimentos dos alunos, mas que devemos partir deles.

Nesse contexto, é necessário analisar a educação de uma forma problematizadora, em que deve-se ser considerada a carga de conhecimentos que o aluno jovem e adulto traz para a sala de aula, portanto cabe ao professor trabalhar metodologias adequadas com o intuito de contribuir no processo educacional, tendo como ponto de partida a própria vivência desses alunos, bem como a classe social em que estão inseridos, objetivando a ampliação e o reconhecimento dos saberes adquiridos pelos mesmos em seu cotidiano. Dessa forma tende-se a despertar o interesse do educando, fazendo uso de todos os procedimentos possíveis visando um trabalho inovador que crie um ambiente motivador proporcionando um clima satisfatório na construção do conhecimento e que este seja utilizado no seu cotidiano.

Em um estudo feito pela universidade federal de Minas Gerais em 2004, foi realizado um trabalho de campo com alunos da EJA propondo uma nova metodologia de forma mais ampla e inter-relacionada, diferente do método tradicional que ainda é muito praticado. Esta nova metodologia teve como objetivo principal implementar interdisciplinaridade e garantir as interações entre teoria e prática, facilitando assim a aprendizagem.

Conforme o estudo, esses conhecimentos não precisam ser somente de natureza acadêmica desde que ajudem os alunos a entender as relações entre fatos históricos, informações científicas e espécie das diferentes disciplinas. Como resultado, percebeu-se que os alunos participaram das atividades demonstrando bastante interesse e aprendendo a transformá-las em conhecimento. Demonstrando

que a educação escolar tem procurado estabelecer uma interação com outros espaços objetivando aprendizagem por meio de outras linguagens e ferramentas.

Nesse sentido, entende-se que o professor da EJA precisa ter um perfil adequado para este tipo de ensino, uma vez que a metodologia tem que ser diferente. De acordo com Freire (1962, p.107) “a relação professor/aluno está classificada da seguinte forma: para ser um ato de conhecimento a alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educando, uma relação de autêntico diálogo”. No entanto, de acordo com o levantamento do PIL em questão e relatos dos educadores de EJA entrevistados, os professores enfrentam dificuldades diárias para tornar seu trabalho realmente efetivo, como falta de estrutura, materiais didáticos inadequados, têm ainda que lidar com várias situações como: a insegurança, a violência, a baixa autoestima dos alunos, as diferentes culturas e perspectivas dos alunos com relação à escola, entre outros.

Dessa forma, torna-se necessária a formação continuada desses professores para que busquem alternativas e estratégias pedagógicas em sala de aula, levando os alunos a se tornarem seres críticos, descobridores do conhecimento e de si mesmos. Durante uma palestra que o professor português Antônio Novoa (Professor catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa) fez em Brasília em 2014, ele defendeu que a boa formação do professor não passa apenas pela prática, "A prática, por si só, não forma. O que forma é a reflexão sobre a experiência e a prática", afirmou. Segundo Nóvoa, conhecer bem aquilo que se ensina é fundamental para a formação do profissional da educação e define três instâncias essenciais para a formação: pessoa (professor) – formação inicial; coletivo (ambiente socializado) – indução profissional; e a escola (ambiente inovador) – formação continuada. "Educar não é uma atividade transmissora, mas de criatividade. Educação é uma espiral interminável. Não se conclui a formação, ela é contínua."

Diante da necessidade de entender os significados atribuídos pelos jovens e adultos em relação a educação oferecida pelo método do ensino EJA, surgiram pesquisas relacionadas ao tema. Em uma pesquisa realizada em 2005 na Univali (Universidade do Vale do Itajaí) na área da educação de jovens e adultos, foi avaliado o significado que os alunos atribuíram ao projeto, qual a importância dele, o

que busca encontrar neste projeto o que esperam que a EJA traga para o seu dia-a-dia.

Foram formuladas algumas questões em relação aos fatores que contribuem para o incentivo dos alunos. No estudo foi possível constatar os desejos relatados pelos alunos nas entrevistas que são: conseguir melhores condições de trabalho, terminar os estudos, fazer um curso superior, ser aprovado em concurso público. Procurou-se ainda verificar os maiores motivos das faltas e desistências na EJA, e foi constatado a questão da falta de motivação, da falta de tempo, trabalho, cansaço do dia a dia entre outros.

Como frisado anteriormente, nesta modalidade de ensino é importante considerar o perfil dos educando e suas necessidades, conhecer quem são e saber qual sentido conferem ao aprendizado, por que aprender e quais condições necessárias para isso. Segundo Paulo Freire “*ensinar exige tomada consciente de decisões*”, pois toda decisão tomada irá influenciar na leitura de vida do aluno. Tomar decisões significa saber escutar, pois o professor deve respeitar e escutar a posição do educando, e não decidir e nem proceder na aprendizagem uma forma autoritária de ensino. No ambiente escolar, percebe-se que muitos educandos, por questão de sobrevivência, abandonaram os estudos e agora com a exigência da escolarização, retornaram a sala de aula mostrando como a realidade social é contraditória e injusta.

Analisando a Escola em que se realizará o projeto de intervenção, nos deparamos com problemas em relação a interferência das drogas, a falta de segurança, a rotina de trabalho dos alunos, entre outras circunstâncias. Esse cenário acarreta em um alto índice de desistência e abandono dos estudos. Tanto os professores quanto os alunos ficam vulneráveis a esse contexto de insegurança.

O Plano Diretor do Município (2006) traz ações prioritárias em relação ao problema da violência, da vulnerabilidade e das drogas, conforme a seguir [2]:

[...]

II- priorizar, no âmbito das políticas sociais, os segmentos minoritários e/ou menos favorecidos da comunidade, especialmente os portadores de necessidades especiais, as mulheres e famílias em situação de vulnerabilidade e vítimas de violência, assim como as crianças e adolescentes, sobretudo aquelas em situação de risco social e expostas aos

riscos decorrentes da prostituição infanto-juvenil e/ou do consumo e dependência de drogas.

III- prover as áreas demograficamente mais densas, mais carentes e com menor infraestrutura social do Município com equipamentos socioculturais, de esportes e de lazer.

[...]

XXII- no âmbito do atendimento oferecido pelo CRAS, priorizar a prestação de serviços para famílias em situação de vulnerabilidade e vítimas de violência e as crianças e adolescentes em situação de risco, inclusive de prostituição e consumo e dependência de drogas.

No entanto o Município é carente de políticas públicas que atendam, realmente essa questão da segurança da comunidade e a tenham como prioridade. Nota-se essa necessidade quando lidamos diretamente na escola no turno noturno. Na procura de trazer um melhor ambiente educacional para o alunado e melhorar a qualidade de ensino, foi aplicado um questionário (em anexo) onde 159 (cento e cinquenta e nove alunos) responderam, sendo 99 do sexo masculino e 60 do sexo feminino; a maioria dos alunos pesquisados está na faixa etária de 15 a 30 anos e cerca de 53 alunos tem mais de 31 anos.

Após análise dos dados, as principais constatações dos pesquisadores, diante das respostas obtidas no questionário foram as seguintes:

- Cerca de 60% dos alunos trabalha durante o dia e, conseqüentemente, já chegam cansados para assistirem às aulas no turno noturno, porém, reconhecem a importância que o estudo tem em suas vidas, pois eles têm expectativas, interesses e sonhos voltados para o mundo do trabalho.

- A clientela é caracterizada por uma grande parte de trabalhadores e outra parte de desempregados à procura de trabalho.

- Com relação aos maiores problemas encontrados no contexto escolar, os alunos, em sua maioria responderam que a violência, as drogas e os problemas familiares são obstáculos que fazem parte do dia a dia deles. No que se refere à violência e às drogas, a equipe gestora da escola e docentes sempre procuram dialogar com os alunos e contam com parcerias (Secretaria Municipal de Educação, polícia, etc.) para amenizar essas situações de conflito. Quanto aos problemas familiares, todos os funcionários da escola procuram, dentro das possibilidades,

garantir a presença e participação desses jovens e adultos no ambiente escolar, de forma que eles se sintam acolhidos e como pessoas importantes no processo ensino-aprendizagem.

- As sugestões dadas pelos alunos para melhorar a qualidade das aulas são: aulas mais dinâmicas (incluindo debates), aulas de informática e os professores trabalharem com eles mais projetos voltados para o mundo do trabalho.

A partir dessas sugestões dos alunos concluímos que os alunos da Educação de Jovens e Adultos anseiam por aulas diferenciadas e que eles não são mais um público que faz parte da educação bancária e desumana. De acordo com Paulo Freire (1996), isto demonstra uma necessidade contínua do trabalhador social de sempre estar ampliando seus conhecimentos, não apenas no que diz respeito a seus métodos e técnicas de ação, mas também dos limites objetivos com os quais se enfrenta no seu que fazer.

Gráficos

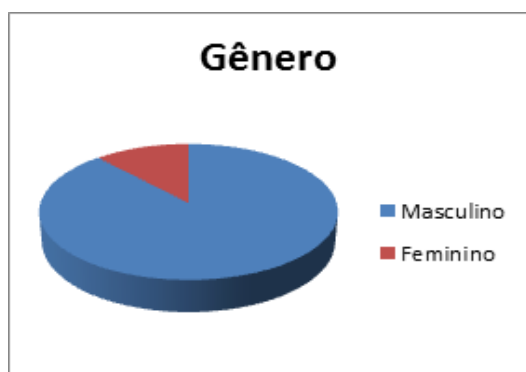


Gráfico 1 – Gênero

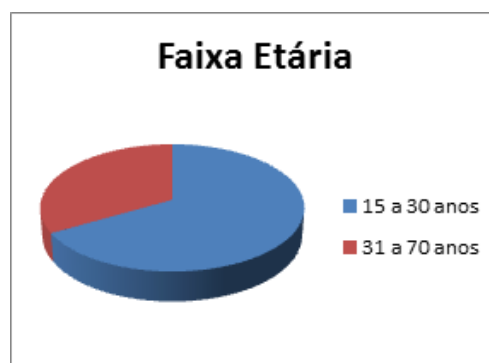


Gráfico 2 – Faixa etária

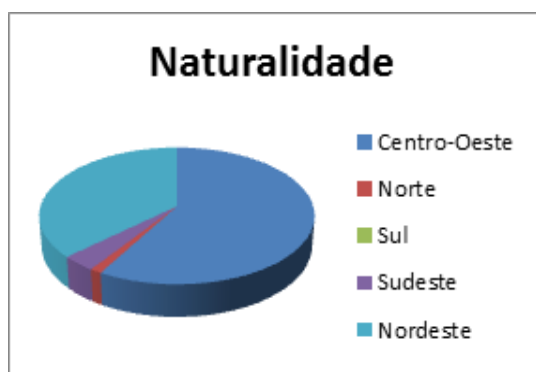


Gráfico 3 – Naturalidade



Gráfico 4 - Sugestões

Além da insegurança, a necessidade de trabalhar é o maior contribuinte para a evasão nas turmas de segundo segmento na Escola Municipal Céu Azul. Conforme

constatado no levantamento para o PIL, é fundamental traçar diretrizes que possibilitem a permanência desses alunos no ambiente escolar. Nesse sentido é importante a atuação do professor, reavaliar as práticas pedagógicas, reutilizar aquelas que já trouxeram resultados positivos e implantar novas. É preciso elaborar metodologias que levem o educando a reflexão de que o estudo é necessário, trazendo a conscientização de que precisam descobrir o seu papel transformador na sociedade, através do conhecimento é desenvolvido o senso crítico e a visão de que somos seres atuantes no meio em que vivemos, os estudos colaboram ainda para a inserção e promoção no mercado de trabalho.

Porém, para que o objetivo seja efetivamente concretizado as mudanças não devem ser baseadas apenas nas práticas pedagógicas, apesar de ser esse o foco da nossa pesquisa, é necessário que haja envolvimento dos alunos, professores, demais funcionários, os pais e os membros da comunidade para que sejam tomadas decisões político-administrativo-pedagógicas.

Em diálogos para levantamento de dados para o PIL, alguns dos docentes da escola em questão relataram que uma de suas principais metodologias pedagógicas é trazer para o ambiente escolar temas transversais além do conteúdo programático. No que se refere a motivar os estudantes, procuram conscientizá-los de que é possível a eles (se tiverem força de vontade e estudarem) passar em um vestibular ou em um concurso público e assim ascender na vida. Os professores de forma geral reconhecem à importância de se investir na formação continuada a fim de aprimorar suas habilidades, agregar conhecimentos e por conseguinte, contribuir na motivação dos alunos a prosseguirem seus estudos:

Quem forma se forma e re-forma ao formar e quem é formado forma-se e forma ao ser formado. É nesse sentido que ensinar não é transferir conhecimentos, conteúdos, nem formar é a ação pela qual um sujeito criador – dá forma, estilo ou alma a um corpo indeciso e acomodado. Paulo Freire (2000, p.25)

Freire afirma que a relação entre professor e aluno se caracteriza em um sistema horizontal de respeito e intercomunicação. O pedagogo ressalta essa relação de respeito que deve ser criada entre professor e aluno. Dessa maneira o professor poderá realizar seu trabalho de forma efetiva e realmente trazer mudanças

na aprendizagem e no cotidiano de seus alunos. O autor afirma que a afetividade é o fator primordial para que se crie uma boa relação entre professor e aluno. No entanto destacamos que a afetividade deve ser dada em certa proporção para que os papéis de professor e aluno não se confundam.

Por intermédio da afetividade e da boa relação o professor exercerá com mais facilidade sua autoridade sobre a turma. A autoridade está diretamente relacionada com a visão que os alunos têm de seu professor e com a forma com que o professor lida com seus alunos. Paulo Freire defende que o diálogo é a melhor forma de se resolver qualquer problema e situação junto aos alunos. É com o diálogo que esse sentimento de respeito e autoridade se faz possível no ambiente escolar.

O bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento do seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma cantiga de ninar. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seu pensamento, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas. (FREIRE,1996:96)

A atenção e o diálogo que o professor dispensa ao seu aluno permitem uma aproximação que pode impedi-lo de evadir da escola. Os sentimentos que os alunos desenvolvem em sala de aula em relação a seus professores podem influenciar em seu sucesso ou fracasso escolar. Ana Rita Silva Almeida (2003) citando Wallon comenta:

A importância das relações humanas para o crescimento do homem está escrita na própria história da humanidade. O meio social é uma circunstância necessária para a modelagem do indivíduo. Sem ele a civilização não existiria, pois foi graças à agregação dos grupos que a humanidade pôde construir os seus valores, os seus papéis, a própria sociedade. É no cruzamento da psicogênese com a história que acontece a relação estreita entre as relações humanas e a constituição da pessoa, destacando o meio físico e humano como um par essencial do orgânico na constituição do indivíduo. Sem ele não haveria evolução, pois o aparato orgânico não é capaz de construir a obra completa que é a natureza humana, que pensa, sente e se movimenta no mundo material.

É de suma importância refletir a respeito da significação dos alunos da EJA como sujeitos trabalhadores na perspectiva do auto – (re) conhecimento.

Principiando dessa concepção devemos questionar: "Que tipo de alunos são os de EJA? Qual contexto social eles vivem? Que tipo de apoio e reconhecimento e/ou acolhimento recebem? Esses questionamentos denotam um desafio a reavermos nossa prática pedagógica onde quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender (FREIRE, 2004). Isso quer dizer que ensinar implica em reciprocidade e não somente em transferência de saberes.

Como explica Paulo Freire na Educação, que ele nomeou como bancária, não há uma troca de conhecimentos, o aluno é um ser não pensante que somente recebe informações. O professor é o opressor, que passa essas informações conteudistas, fazendo do aluno um ser passivo e oprimido incapaz de produzir conhecimento. Em contraposto a essa educação bancária, Paulo Freire fala de uma Educação Libertadora que se estrutura no diálogo onde o educador não ensina somente, também aprende transformando assim ambos (professor e aluno) em sujeitos do processo da construção do conhecimento.

É missão do educador levar o educando a pensar, questionar e refletir sobre a sua realidade, para que ele venha se descobrir como um ser social e saber o seu papel na sociedade. "Ningum liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão" (Paulo Freire). O aluno questionador, pensante deve ser guiado pelo professor a esse processo de conhecimento sobre si e sobre a realidade que o cerca.

A escola é uma instituição social que acarreta mudanças através de sua prática no campo do conhecimento, das atitudes e dos valores, de articular e desarticular interesses (FRIGOTTO, 1999). Nesse sentido, devemos ter em mente a ideia de que as ações pedagógicas refletem as concepções, estejam elas explícitas ou não.

De acordo com o PPP Carlos Mota (Projeto Político Pedagógico da rede de ensino do DF lançado em 2012), no espaço escolar o papel da educação exige o fim da ingenuidade sobre as disputas ideológicas ali presentes. As ações, democráticas ou autoritárias, revelam a formação oferecida. Portanto, é preciso questionar sobre a escola que temos e a escola que queremos construir e isso implica problematizar as ações, articular os segmentos que desempenham suas funções e, como proposto pela gestão democrática, favorecer as instâncias coletivas de participação.

O objetivo é oferecer uma educação que facilite o desenvolvimento do pensamento crítico, que questione a realidade e problematize as situações vividas em comunidade, que reconheça o território de influência da escola no desempenho de sua função transformadora dos indivíduos, uma educação que modifique a realidade.

Gradativamente, o espaço escolar vai sofrendo as transformações necessárias à sua constituição como espaço verdadeiramente educativo, democrático e de exercício de cidadania. Espaço, portanto, que rompe com as amarras socioculturais que, historicamente, segregam seus diversos atores, de acordo com as atribuições de seus cargos, perpetuando a lógica colonialista de supervalorização do trabalho intelectual em detrimento do operacional. (FREITAS, 2007).

Denota-se então uma educação que tem a visão da integralidade humana a qual prenuncia a gestão democrática, o planejamento e a construção coletiva como exercício fundamental, para que os profissionais e estudantes sejam favorecidos no desenvolvimento de práticas pedagógicas que ultrapassem o simples diálogo entre os saberes, provocando uma nova práxis do trabalho educativo e da reorganização dos processos de aprendizagens. De acordo com o Currículo em movimento da educação básica do Distrito Federal, no caderno 7 (que fala sobre a educação de jovens e adultos) tratar sobre o ensino voltado a EJA:

requer repensar fundamentalmente o tripé que sustenta a modalidade: o currículo, o funcionamento da modalidade e a formação continuada dos profissionais atuantes. Avançar na modalidade requer repensar práticas e concepções, pactuar princípios, propor diretrizes, reformular orientações e normas, rever formatos e metodologias. (p. 11.)

Para atender esse público, é preciso um currículo voltado às especificidades do indivíduo jovem, adulto ou idoso respeitando a pluralidade de suas origens e culturas. Segundo Soares (2005):

Na escola, não raras vezes, os jovens e adultos enfrentam o desafio de aceitá-la tal qual está posta e fazem um esforço gigantesco para atingir a ressignificação de si próprios, superando marcas desagradáveis de experiências anteriores, de insucesso (pois muitos já frequentaram escola). Os jovens e adultos populares não são acidentados ocasionais que, ou gratuitamente, abandonaram a escola. Esses jovens e adultos repetem histórias longas de negação de direitos, histórias coletivas. As mesmas de seus pais, avós, de sua raça, gênero, etnia e classe social. Quando se perde a identidade coletiva racial, social, popular dessas trajetórias

humanas e escolares, perde-se a identidade da EJA e passa a ser encarada como mera oferta individual de oportunidades pessoais perdidas. (p.30)

Dadas as características fundamentais da EJA, é importante tomar como base o sujeito em sua integralidade, diversidade - tanto no que tange à vida social quanto ao mundo do trabalho - percebendo e entendendo esse indivíduo em busca de seu espaço social, com possibilidades e perspectivas de aprendizagem ao longo da vida. É importante levarmos em consideração que vivemos na era da modernização, novas tecnologias, globalização, diversas mudanças nas relações sociais. Nesse universo de transformações tecnológicas atuais devemos questionar qual o papel da educação na atualidade, quais são os desafios, quais as perspectivas.

A luta dos educadores é árdua, porém deve ser constante. Devemos ter a visão de nossos alunos sobre a perspectiva de cidadãos críticos e desbravadores, em busca de novos saberes, contribuindo para o desenvolvimento de pessoas não só críticas, mas com visões inovadoras e libertárias que acompanhem o mundo contemporâneo em que vivemos. Nesse sentido, devemos propiciar um ambiente educacional, onde nossos alunos sejam motivados a pensar a respeito da importância do seu papel na sociedade e nos seus direitos e deveres como cidadãos trabalhadores que compõem a economia do país, pois é a partir do trabalho que criamos e recriamos a nossa realidade.

Não obstante, como professores e seres que estamos sempre em constante evolução, devemos refletir criticamente sobre nossas metodologias em sala de aula e assim procurarmos aprimorá-las para atendermos as necessidades do nosso público alvo. Segundo Nóvoa, (Professor catedrático do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa citado anteriormente), o desafio dos profissionais da área escolar é manterem-se atualizados sobre as novas metodologias de ensino e desenvolverem práticas pedagógicas eficientes. Para ele, nenhuma reforma educacional tem valor se a formação de docentes não for encarada como prioridade, nesse sentido, almejamos com a elaboração desse PIL vencer esse desafio.

5- Objetivos:

5.1- Objetivo Geral:

Estimular o desenvolvimento de práticas pedagógicas que possam contribuir para

a permanência dos alunos do 2º segmento de EJA no processo educativo.

5.2- Objetivos específicos:

5.2.1. Identificar junto aos alunos as dificuldades enfrentadas, no que diz respeito ao acesso e permanência na escola;

5.2.2. Identificar junto aos professores as práticas pedagógicas que apresentam resultados favoráveis durante as suas aulas;

5.2.3. Sistematizar ações de formação docente no ambiente escolar que envolvam reflexão sobre a prática pedagógica e o desenvolvimento de atividades inovadoras em sala de aula.

6- Atividades/responsabilidades:

6.1. Aplicação de um questionário para os alunos com levantamento de seus perfis e sugestões para aulas mais motivadoras e atrativas.

6.2. Conversa com os professores sobre suas práticas pedagógicas bem sucedidas realizadas em sala.

6.3. Pesquisa sobre ações desenvolvidas na escola relacionadas à permanência dos alunos do 2º segmento de EJA.

6.4. Levantamento de dados registrados na escola referentes a alunos matriculados e desistentes.

6.5. Desenvolvimento de novas práticas e atividades pedagógicas:

Projetos e atividades já executadas: Teste do pescoço (temática racial), Dia D. (sobre matemática)

Projetos sendo trabalhados: Conhecendo nosso bairro e Projeto Reciclagem

7- Cronograma:

7.1. Setembro de 2015

7.2. Setembro de 2015

7.3. Outubro de 2015

7.4. Outubro de 2015

7.5. Outubro de 2015 a Julho de 2016

8- Parceiros:

- Cursitas da Elaboração do PIL: Luciana Souza de Brito, Marcos Sousa da Silva Ruth Terezinha Leite Fagundes e Severina Helena da Conceição.
- Diretor da Escola Municipal Céu Azul: Nilson Morais Gomes
- Coordenadora da E.J.A: Joana D'arc Oliveira
- Professores da Escola Municipal Céu Azul (EJA): do 2º segmento: Ragilson, Ricardo, Thaís, Gustavo, Jêisa, Eduardo, Góes, Daniele, Luiz, Roberto, Eva, Hebert e Lurdes.
- Alunos do 2º Segmento da EJA

9 - Orçamento:

Serão utilizados materiais pedagógicos disponibilizados pela escola.

10- Acompanhamento e avaliação:

- 10.1. Dialogo com os professores, coordenadores e direção em reuniões de coordenação;
- 10.2. Levantamento de dados sobre matrícula e permanência na escola;
- 10.3. Levantamento sobre resultados de prática pedagógica junto aos alunos.

11- Referências:

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/> Acesso: 16/08/2015.

ALARCÃO, Isabel e TAVARES, José. **Supervisão da prática pedagógica:** uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem. 2ª edição. Coimbra: Almedina, 2003.

BRASIL. Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Movimento brasileiro de alfabetização. Documento básico Mobral Rio de Janeiro, 1973.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa/ São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo, “**Pedagogia do Oprimido**”, 1968 em Santiago-Chile (1ª edição em inglês, espanhol, italiano, francês e alemão e, somente em 1975, publicado em português no Brasil) Disponível em: <http://forumeja.org.br/files/PedagogiadoOprimido.pdf>

FREITAS, M. T. A. **A pesquisa na perspectiva sócio-histórica: um diálogo entre paradigmas.** In: 26ª Reunião Anual da Anped, 2003, Poços de Caldas. 26ª Reunião Anual da Anped. Novo Governo. Novas Políticas? : CD-ROM, 2003. v. 1.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do capitalismo real.** Cortez Editora, 1999, 3º Edição. Cortez Editora, 1999, 3º Edição

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação.** São Paulo: Cortez, 1990.

GÓMEZ, A. I. Pérez. **A cultura escolar na sociedade neoliberal.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

HADDAD, Sérgio. A educação continuada e as políticas públicas do Brasil. In: RIBEIRO, Verão Masagão (org). **Educação de Jovens e Adultos.** Novos leituras, novas leituras, Campinas; Mercado das Letras. 2001, p.19-50.

PLANO DIRETOR. Município de Valparaíso de Goiás, 2006.

RIBEIRO, Vera Massagão(org). **Educação de Jovens e Adultos.** Novos leitores, novas leituras. Campinas; Mercado das Letras. 2001, p.11-38.

SOARES, Leôncio José Gomes. As políticas de EJA e as necessidades de aprendizagem dos jovens e adultos. In: RIBEIRO, Vera Massagão (org). **Educação de Jovens e Adultos.** Novos leitores, novas leituras. Campinas, SP: Mercado das Letras. 2001, p.20-33.

SOUZA, Maria Antonia, de **Educação de Jovens e adultos.** / Maria Antonia de Souza.- Curitiba: Ibpex, 2007.

<http://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/06/ppp-professor-carlos-mota.pdf>/ Acesso: 16/09/2015

<https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/2006/LWFMJKHNXBBS.pdf> /Acesso: 19/09/2015

http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/curric_mov/cad_curric/7eja.pdf Acesso: 19/09/2015

http://www6.univali.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=145 / Acesso: 24/09/2015

<http://pedagogiaaopedaleta.com/historico-da-eja-no-brasil/> / Acesso: 12/10/2015

<http://www.miniweb.com.br/educadores/artigos/pdf/introdu-edu-bra.pdf> Acesso: 13/10/2015

<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v18n67/a11v1867> Acesso:14/10/2015

<https://www.youtube.com/watch?v=qDN5wCbuU6I&feature=youtu.be> Acesso:
16/10/2015

ANEXOS



Universidade de Brasília – UnB
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Faculdade de Educação - FE



Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação
III Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,
com ênfase na Educação de Jovens e Adultos / 2014-2015

Relatório/Pesquisa: Alunos da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores

Solicitamos sua contribuição no sentido de responder as questões a seguir, contribuindo dessa forma com a construção de ações que venham a trazer melhorias para o Ensino da Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores-EJAT

1-Nome Completo: _____

2- Série: _____ 3-Idade: _____ 4-Sexo: _____

5- Local de nascimento: _____

6- Quanto tempo vivendo em Goiás: _____

7- Local onde morou antes do Município de Valparaíso? _____

8- Margem salarial:

- Um salário mínimo
- Dois salários mínimos
- Três salários mínimos
- Mais de quatro salários mínimos

9-Profissão: _____

10-Tem carteira assinada? _____

11-Ocupação: _____

12-Você sabe qual é a sua vocação profissional? _____

13-Quanto tempo ficou fora da escola? _____

14- Trabalha longe de casa? Sim Não

15- Estuda longe de casa? Sim Não

16- Tem filhos? Sim Não

17- Principal motivo que o levou a fazer opção pela EJA?

- Acelerar os estudos.
- Conhecimento.
- Oportunidade de melhorar de vida.
- Qualificação profissional.

18- Em sua opinião, quais os maiores problemas e/ou dificuldades para o estudante da EJA dar prosseguimento aos estudos?

- Cansaço
- Família/Filhos
- Qualificação profissional
- Acelerar os estudos
- Deslocamento
- Administrar: família, trabalho e estudos.
- Falta de professores.

Outros: _____

19-Dê uma sugestão para melhorar as aulas.

Tema do PIL: Repensando as práticas pedagógicas na EJA como condição de permanência dos alunos na escola

Agradecemos a sua participação

Professores:

LUCIANA

MARCOS

RUTH

SEVERINA

Reunião no início do mês de setembro na escola com a direção, coordenação e professores do 2º Segmento da EJA a respeito do PIL.



Figura 1 – Reunião preparatória